

O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE: 25 ANOS FORMANDO PROFISSIONAIS E TRANSFORMANDO SONHOS EM REALIDADE

THE PHYSICAL EDUCATION COURSE OF THE STATE UNIVERSITY OF
WEST PARANA – UNIOESTE: TRAINING PROFESSIONALS AND
TURNING DREAMS INTO REALITY FOR 25 YEARS

JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA

Mestre em Educação Física (USJT), Professor do Colegiado de Educação Física da UNIOESTE, Membro do Grupo de Estudos em Educação Física Escolar (GEPEFE)

VILMA LENÍ NISTA-PICCOLO

Doutora em Psicologia Educacional (UNICAMP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu (UFST)

Resumo: Neste ano de 2009, o Curso de Educação Física da UNIOESTE completou 25 anos, tendo formado 869 licenciados/bacharéis. Neste período, foram elaborados e implantados cinco Projetos Políticos Pedagógicos em consonância com a dinâmica acadêmica e do mercado de trabalho. Este texto traz algumas reflexões sobre avanços e conquistas observados nos currículos, na formação docente e discente. Estas reflexões foram elaboradas a partir dos projetos e de relato de professores que estiveram vinculados aos processos de elaboração e implantação.

Palavras-chave: Educação Física; Unioeste; Formação.

Abstract: In 2009, the Physical Education course of UNIOESTE celebrated its 25th anniversary, having formed 869 licensees/bachelors. During this period, five Political Pedagogical Projects were created and implemented in compliance with the academic dynamics and with the labor market. This text reflects on some of the advances and breakthrough observed in the curriculum, in the training of the teacher and the student. These reflections were based on projects and teachers' reports that were connected with the process of development and implementation.

Keywords: Physical Education; Unioeste; Training.

1 INTRODUÇÃO

O periódico Caderno de Educação Física: Estudos e Reflexões completa uma década neste ano de 2009, disseminando o conhecimento através da publicação de artigos produzidos nesta área de intervenção. Desta forma, este instrumento de divulgação tem assumido um papel de grande relevância. Pois, buscar entender o que está acontecendo numa área específica como a Educação Física (EF) - que envolve várias ciências, permeada por variados conceitos em que os estudos ainda se apresentam de forma reduzida -, faz deste periódico, um instrumento diligente e imperativo para reflexão e propagação de pesquisas.

O tema sugerido para celebrar esta edição especial trata-se de experiências e perspectivas futuras de pesquisa. Como temos nos debruçado durante alguns anos em desvendar os caminhos e avanços trilhados pelo curso de EF da Unioeste, desde a sua concepção, resolvemos dar nossa contribuição sobre este objeto. Pois, neste ano de 2009, o curso completa 25 anos de existência tendo formado 869 bacharéis e licenciados, e implantado cinco projetos políticos pedagógicos que em seu teor apresentam os avanços e conquistas ao longo destes anos. Desta forma, é a partir das informações contidas nestes documentos e relatos de professores que participaram deste processo que este estudo foi realizado, cujo objetivo principal é apresentar e apontar os avanços e perspectivas futuras deste curso.

2 O INÍCIO

Sonhar é algo intrínseco, inerente ao ser humano e que se manifesta em diversos momentos de nossas vidas. É necessário sonhar, ter esperança para transformar utopias em realidade. Foi desta forma que se iniciou o processo de construção e criação do curso de EF da Unioeste, ou melhor, foi assim que se manifestou o início de um processo de transformação de sonhos em realidade. Movidos por um desejo em implantar um curso de EF, a Facimar, através de um conselho departamental mobilizou os professores de EF: Herraldo Altmann,

Inácio Brandl Neto, Paulo Peres Peres, Roberto da Cunha, Idete Altmann, e lideranças políticas da comunidade no início da década de 80, para a elaboração de uma proposta que viesse atender as escolas, estudantes e a população deste município de Marechal Cândido Rondon e região.

A Facimar constituída como uma instituição particular contava com poucos cursos e a necessidade de oferta em outras áreas de estudo era eminente, devido a um amplo desenvolvimento regional que se configurava no extremo oeste do Paraná. Neste período, havia uma carência de professores de EF nas escolas da região, e muitas aulas eram ministradas por professores de outras áreas sem uma formação específica, fato que já justificava a implantação do curso.

Surpresos, mas acreditando no empreendimento e na materialização deste sonho, este grupo de professores de EF, conjuntamente com outros membros da faculdade, iniciaram uma pesquisa junto a outras IES, para verificar a operacionalidade de implantação de um curso, documentos a serem encaminhados, bem como sua grade curricular, para então elaborar um modelo de Projeto Político Pedagógico (PPP) que atendesse as especificidades da região.

Para isso, foram consultados os cursos de EF da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Universidade Estadual de Joinville - SC, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Universidade de Palmas, PR.

Aparentemente nos ocorre que neste momento iniciava-se a mobilização para implantá-lo. No entanto, o primeiro documento oficial que consta nos arquivos desta IES, e que se relaciona a esta ação se manifesta na Ata nº. 18/80 que passo a transcrevê-la. Neste documento é descrito que a criação do Curso de EF foi proposta pelo Conselho Departamental da Facimar, levando em consideração:

-A ampla pesquisa, realizada pela 58ª Inspeção Regional de Ensino de Mal. C. Rondon - (I.R.E.), com estudantes e concluintes do 2º grau, em quatro municípios da região, a saber: Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Santa Helena, além de Mal. C. Rondon apontou os cursos de Agronomia, Educação Física e Direito, como os mais necessários e de interesse na época. Os conselheiros entenderam que a Instituição estava capacitada para estruturar um curso apenas.

-A carência de profissionais habilitados na área de Educação Física, para trabalharem nas escolas de 1º e 2º graus, também foi diagnosticada na pesquisa realizada pela então 58ª I.R.E.

-As instituições de Ensino Superior instaladas na região oeste do Paraná, (anos 80) não ofertavam a licenciatura em Educação Física.

-Os princípios determinantes da função social das instituições de ensino superior requerem a formação de profissionais habilitados para exercerem o magistério no ensino de 1º e 2º graus.

-A prioridade para o campo educacional, destacada como necessidade emergencial para a dinâmica do desenvolvimento regional, determinou a opção pela licenciatura em Educação Física (PPP, 1984, sublinhado nosso).

Esta pesquisa elaborada para detectar quais seriam as preferências dos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nos causa admiração, mas o que é mais surpreendente foi a escolha do curso de EF como a primeira opção.

Pois, tudo levava a crer que a preferência seria pelo curso de Agronomia devido às características físicas da região voltadas a agricultura e evidentemente pelo grande número de agricultores que viviam no entorno deste município e que extraíam da terra seu sustento através do plantio de soja, trigo e outros derivados.

Mas, por um acaso do destino o curso de EF foi contemplado e a partir de um processo de discussão, encaminhamento dos documentos necessários e elaboração da proposta que ocorreram durante alguns anos, em 1983 este sonho se materializou através do parecer nº. 33/83 emitido pelo Conselho Estadual de Educação, de 09 de março de 1983 e autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº. 89.185, de 16 de dezembro de 1983, assinado pelo Presidente da República João Batista Figueiredo.

3 UM OLHAR TÉCNICO E ESPORTIVO

Pautado num olhar estritamente técnico e esportivo, a carga horária estabelecida era de 2055 h/a, duração de 3 anos (6 semestres), 60 vagas e as disciplinas que constavam na grade curricular eram basicamente voltadas para os esportes e para a área biomédica (PPP, 1984).

Sua formatação acompanhou as características da maioria dos cursos do Brasil, pois no início da década de 80 a formação profissional era regida pela Resolução 69/CFE/69, que regulamentava exclusivamente os cursos de licenciatura em EF e Técnico de Desportos, e, o currículo mínimo, a duração e a estrutura dos cursos, durante muito tempo, foram fixados por esta resolução, que mereceu críticas por parte dos profissionais desta área (VERENGUER, 1997; DACOSTA, 1999; AZEVEDO, 1999).

O plano curricular estava centrado numa proposta estritamente tecnicista, desvinculada de uma formação voltada para o profissional da Educação. "As disciplinas de cunho sócio-filosófico eram insuficientes e ministradas sem conexão com os objetivos do curso" (PPP, 1997, p.18).

Para Bersch (2003) as cargas horárias das disciplinas práticas do curso, eram de predominância desportiva, com uma significativa carga de horas-aulas voltadas para as modalidades tradicionais como Atletismo, Basquete, Handebol, Voleibol, Natação e Ginástica.

Em relação às disciplinas esportivas, se o acadêmico cumprisse 180 horas de aprofundamento de carga horária, ele sairia habilitado para trabalhar como técnico de desportos, no entanto, a grande maioria destes egressos, apesar desta formação técnica, iniciava sua carreira profissional em escolas.

Também são incorporadas as disciplinas de Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, Metodologia da Pesquisa bibliográfica e Organização e Administração da EF, evidenciando certa preocupação com os aspectos administrativos no campo da EF e do Esporte e certa ênfase no direcionamento do currículo para o licenciado, mas ainda escassos.

Devido à carência de professores licenciados em EF nas escolas, e as ofertas de emprego ser eminentes nesta área, à construção da primeira grade curricular do curso, foi direcionada para a formação do professor para trabalhar no ensino Fundamental e Médio. O que pode ser constatado neste momento é que o perfil desejado era direcionado ao professor educador, no entanto, a

elaboração do currículo estava mais voltada ao técnico desportivo, ou melhor, a um profissional apto a trabalhar com as modalidades esportivas.

A ausência de informações mais detalhadas, aliada ao pouco tempo de existência do curso, gerou o currículo e o perfil profissional que foi possível, baseado nas trocas de informações com outras IES que adotavam a mesma linha, e no corpo de conhecimentos que estes professores possuíam no início da década de 80.

Entre os primeiros professores admitidos para integrar o Departamento de EF, oito trabalhavam em escolas de 1º e 2º graus e/ou Departamento de Esportes da prefeitura. Outros dois eram fisioterapeutas, dois eram médicos e um era professor de língua portuguesa de outro departamento da faculdade.

Apesar das intenções destes docentes serem positivas quanto ao aspecto da concepção de um educador, o quadro de capacitação de professores apresentava apenas docentes com titulação de graduados, o que de certa forma, impossibilitava a construção de um currículo que atendesse este perfil.

Até 1986, ano de formação da 1ª turma, o curso não possuía nenhum especialista, e inicia-se então um plano de capacitação docente; - até 1987 não existia plano de carreira e os professores recebiam por hora/aula, pois esta IES caracterizava-se como privada. Com o advento da estadualização, em 1987, pelo Governo do Estado do Paraná, é estabelecido um plano de carreira, fato esse que provoca a preocupação do docente em aperfeiçoar-se e passa a existir uma procura acentuada de cursos de pós-graduação, tanto *lato-sensu* como *stricto-sensu*, em especial os mestrados na área da educação.

Este processo de estadualização que visava transformar esta instituição privada em estadual foi duradouro e de muita luta. Vários movimentos estudantis se engajaram, conjuntamente com a comunidade de todo o oeste do Paraná, discutindo, promovendo passeatas, reivindicando e exigindo que este projeto se transformasse em realidade e proporcionasse um ensino público e gratuito para esta população. Outras IES como a Fecivel, Facitol, Facisa, respectivamente das cidades de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu também se engajaram

neste movimento e, todas estas instituições privadas foram estadualizadas, formando conjuntamente com a Facimar, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, uma instituição *multi-campi*.

Este curso funcionava exclusivamente na cidade de Marechal Cândido Rondon, e este fato, gerou uma grande expectativa entre os professores em oferecer um ensino de qualidade. Apesar da estadualização destas IES, e por estarem localizadas em cidades, cuja população de algumas é o dobro deste município, o compromisso em conceder um curso sem ônus e de qualidade para os universitários, só fez aumentar os desafios desta instituição e do curso, pois para Bersch (2003) era o único curso com este perfil num raio de ação de aproximadamente 300 quilômetros (o mais próximo era o da UEM-Maringá). Este aspecto gerou um aumento da procura pelo curso, tanto dos estudantes da região do oeste do Paraná, como de outros Estados.

Com relação ao mercado de trabalho, neste período, sequer havia academias de ginástica neste município e região, e as ofertas de trabalho, além da escola, estavam voltadas para o esporte de alto rendimento e escolinhas de iniciação desportiva.

Outro fato significativo que nos chamou a atenção foi que antes da realização do vestibular, os acadêmicos ingressantes no curso passavam por um “Teste de Aptidão Motora”, que consistia numa bateria de testes de equilíbrio, velocidade, agilidade, etc, e apesar deste teste se configurar apenas como de auto-conhecimento e percepção do próprio corpo, existem informações de que, houve reprovação no período em que era aplicado.

Bersch (2003) confirma que, neste curso de EF houve um período, entre 1985 a 1987, que se exigiam prévias aos vestibulandos que buscavam o curso superior de EF, tal a preocupação com a performance destes e os conteúdos práticos das modalidades esportivas. Inclusive na divulgação e convocação dos candidatos para realização do vestibular, estas prévias já eram divulgadas no manual do candidato, panfletos e cartazes.

Visando aperfeiçoar e atualizar acadêmicos e egressos passa-se a organizar eventos das mais diversas especialidades, ministradas por professores de destaque

no contexto nacional como os Encontros Regionais de EF, e a partir do ano de 1988 foi introduzido como evento permanente a Semana Acadêmica. Outro ponto destacado é o início de ofertas de atividades de extensão à comunidade e cidades da região, realizadas por docentes e discentes do curso, numa clara intenção de difundir o conhecimento produzido na academia junto à comunidade, integrando projetos sócio-cultural-esportivos (PPP, 1984).

No ano seguinte, após a formatura da primeira turma, a resolução 03CFE/87 através do artigo 1º resolve que, a formação dos profissionais em EF será feita em cursos de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado. Este episódio provoca uma acirrada discussão interna nesta IES, como também em todos os cursos de EF no Brasil.

Acompanhando os acontecimentos em nível nacional a opção foi em não criar o curso Bacharelado, além disso, se iniciava uma estruturação, sendo que, os espaços destinados às aulas eram insuficientes, não existia um laboratório apropriado e os locais destinados às práticas desportivas eram de propriedade da prefeitura municipal.

Como esta implantação imediata foi contestada, resolve-se, apenas cumprir as exigências em relação às disciplinas e cargas horárias preconizadas por esta resolução para a habilitação em licenciatura e amadurecer a idéia de implantação deste novo curso.

Por conseguinte, foi mantido o mesmo currículo e esta tendência tecnicista e biomédica, acompanhou o curso durante os primeiros anos de funcionamento, mas o corpo docente do curso, já evidenciava certa inquietação frente a este quadro, e já se pensava na possibilidade de rever a grade curricular e avançar na busca novos horizontes.

4 UM OLHAR HUMANO, REFLEXIVO E CRÍTICO

A partir no ano de 1990, as mudanças advindas através da resolução se materializaram no curso; e a melhora gradativa da qualidade do corpo docente; os conhecimentos adquiridos oriundos dos cursos de

especialização e início da saída de docentes para os cursos de mestrado, proporcionaram mudanças significativas e conseqüentemente uma reformulação na grade de disciplinas, evidenciando um novo perfil profissional de egresso. O perfil desejado sinalizava para um profissional autônomo, reflexivo e crítico que desenvolvesse pesquisas na área de EF.

Foi adotado o regime anual, e as vagas oferecidas no vestibular foram reduzidas para 50, sendo oferecido ainda, apenas no período matutino. A carga horária estabelecida é ampliada para 2.940 horas/aula e duração do curso passa para quatro anos. O corpo docente já apresentava três especializações em andamento, sendo que em 1991 houve o primeiro afastamento para mestrado.

Fica perceptível que num curso com menos de dez anos de existência, a preocupação com a capacitação docente era um dos objetivos primordiais, e no ano de 1993 já existiam cinco professores com mestrados em andamento.

É a partir deste momento que passa a existir uma procura acentuada por cursos, tanto em nível de especialização *latu sensu* como *stricto sensu*, pois, iniciou-se uma política departamental, na qual se definiu a liberação de professores para atender as áreas consideradas prioritárias para o curso.

No início da década de 90, a readequação da grade curricular era inevitável, e atendendo a resolução 03/CFE/87 foram feitas as alterações consideradas convenientes no currículo, e se protelou novamente a implantação do curso de bacharelado mantendo apenas o curso de licenciatura.

DaCosta (1999) afirma que década de 90, a resolução 03/CFE/87 era pouco conhecida e não havia mobilização por parte das IES, como também a implantação do novo currículo sofria adiamentos sucessivos.

Deste modo, foram cumpridas as determinações e incluíram-se na grade curricular, várias disciplinas que possibilitavam ao acadêmico ter uma vivência das atividades não escolares, embora a habilitação fosse licenciatura. Bersch (2003) cita que no início da década de 90, o foco voltou-se à implantação de disciplinas de cunho

sócio-filosófico, humanístico e aprofundamento.

Esta reformulação priorizou dois eixos norteadores para o processo formativo, ou seja, o eixo didático-pedagógico e outro bio-motor e constituiu-se pela articulação com as seguintes áreas: Humanísticas: 870 horas/aula, Área Técnica: 1560 horas/aula, Aprofundamento de conhecimentos: 510 horas/aula.

A carga horária deste currículo passa a somar um total de 2.940 horas/aula, 60 horas/aula a mais do que o mínimo estipulado pela resolução, e algumas disciplinas passaram a ser ministradas aos sábados. O elenco de disciplinas denominadas anteriormente de Obrigatórias, Profissionais e Complementares Obrigatórias é substituído pelas Áreas Humanísticas, Técnica e Aprofundamento de Conhecimentos.

São incorporadas as disciplinas: Filosofia da EF, Teoria da EF, Medidas e Avaliação em EF e Motricidade, Metodologia e Técnica da Pesquisa Aplicada à EF, como também a disciplina de Lazer e Recreação, EF Infantil, Nutrição, e Prática de Ensino I e II (Estágio Supervisionado), sendo incorporado neste item, (Estágio Supervisionado nas disciplinas de Lazer e Recreação, Atletismo, Handebol, Basquetebol, Voleibol e Futebol). E ainda, Metodologia Especial da EF, G.R.D., Judô, Atividades em Academia e Treinamento Desportivo.

No ano de 1990 o curso deu um salto qualitativo em relação ao aprofundamento das questões inerentes à área e o aperfeiçoamento do corpo docente.

Foram promovidos cursos de Pós-graduação (*Lato-sensu*), em convênios com a UEM e UNICAMP e realizados quatro cursos de Especialização: EF Escolar; EF – Área de concentração Voleibol e Handebol; Ciências Biológicas e Recreação e Lazer, que possibilitaram uma melhora na qualificação do corpo docente.

Isto possibilitou uma visão mais abrangente da área de EF e percebeu-se que os egressos formados pelo curso não iniciavam sua carreira profissional somente em escolas, mas também adentravam no mercado de trabalho voltado para academias, hotéis, departamento de esportes e outras áreas não-escolares.

Por conseguinte, os professores do curso, resolvem aprofundar mais as questões relacionadas aos diversos

campos de trabalho em EF que surgiam na região e a partir do ano de 1994, visando à criação do Curso de Bacharelado, iniciou-se uma discussão, buscando implementar novas bases teóricas. Esse processo levou 3 anos até sua consolidação no ano de 1997.

Nesse período o curso já possuía alguns mestres e um corpo docente com referencial teórico pautado na Teoria da Motricidade Humana e foi constatada a viabilidade desta nova habilitação com um currículo único, mas com disciplinas de núcleo comum - Licenciatura e Bacharelado e, paralelamente a estas discussões houve uma clara demonstração por parte dos docentes, em rever e aprofundar as bases conceituais em vigor, devido às mudanças geradas pela crise de paradigmas tanto nas ciências quanto na educação, no final do século XX (PPP, 1990).

No entanto, ainda havia certa resistência por parte de alguns professores em relação à implantação da habilitação em bacharelado, e então foram convidados para prestar assessoria neste processo, o prof. Dr. Wagner Wey Moreira, prof. Dr. Ademir de Marco, prof^{as}. mestrandas Regina Simões e Cláudia Maria Guedes da UNICAMP e UNIMEP.

Conjuntamente com outros professores do departamento de EF, são geradas novas discussões no interior do curso, propondo um novo olhar para estas questões e são apresentadas algumas justificativas para implantação de uma nova habilitação. A partir desta discussão e da intenção de renovação são traçados alguns aspectos geradores desta investigação realizada pelo Curso, cujas inquietações são apresentadas da seguinte forma:

A Unioeste, como instituição comprometida com seu tempo e possibilidades de seu fazer histórico, deveria contextualizar essas discussões buscando uma ação crítica do profissional por ela formado na área de EF? O Curso de EF da Unioeste deveria acompanhar as transformações existentes em sua área de formação profissional?

A dinâmica da reflexão sobre a área profissional deve ser acompanhada por outra dinâmica de alterações no interior do que tradicionalmente convencionou-se

chamar de EF Escolar?

Essa reflexão incorporada no meio acadêmico criou um ambiente promissor para a inovação curricular. No ano de 1995 o quadro de professores já contava com 15 professores especialistas, 3 mestres e 5 mestrandos. Este aperfeiçoamento, aliado as reflexões internas do curso e alterações detectadas junto ao mercado de trabalho, corroborou ainda mais, para que se efetivassem essas mudanças. Isto ficou demonstrado na pesquisa realizada para implantação do curso de bacharelado conforme aponta o gráfico 1, a seguir:

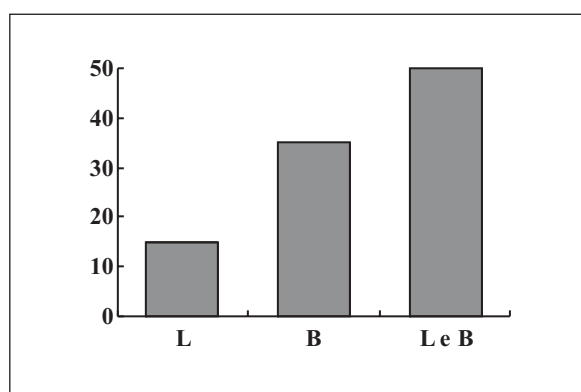


Gráfico 1 - Observações e sugestões na área da EF para implantação do curso de bacharelado.

Fonte: PPP (1997)

Conforme os dados obtidos, em relação às sugestões e observações dos entrevistados, fica evidente da necessidade da criação do novo curso de bacharelado, pois das 14 sugestões recebidas 12 estão relacionadas com a nova habilitação e 02 especificamente relacionadas com o curso de licenciatura. Comparando então os dados, 14,3% estão diretamente ligadas ao curso de licenciatura, 35,7% ao novo curso de bacharelado e 50% para ambos (PPP, 1997).

Após catalogar as diversas respostas referentes ao questionário, sobre a importância da estruturação do curso de bacharelado concluiu-se da necessidade urgente da implantação desta nova habilitação para atender outras áreas de intervenção que já se manifestavam. No entanto, foi observado que a criação do curso seria realizada através de um currículo único, com disciplinas de núcleo comum, conjuntamente com o curso de licenciatura.

Desta forma, observa-se que este período é marcado por avanços significativos em relação à pesquisa junto ao mercado de trabalho e com egressos para amadurecer a idéia da efetivação desta nova habilitação. Fica evidente que os professores resolvem não implantar o curso de Bacharelado devido a falta de espaço físico e material adequado e carência de professores com formação específica para atender esta nova habilitação. No entanto, a carga horária é ampliada e ocorre a inclusão na grade curricular de várias disciplinas, que possibilitavam ao acadêmico ter uma vivência das atividades não-Escolares. A inclusão da disciplina de Seminário de Monografia, o (TCC), em que o aluno desenvolve pesquisa de campo ou bibliográfica, durante o 4º ano, é um dos pontos mais relevantes que se materializa, pois inaugurou uma nova era voltada à pesquisa.

5 UM OLHAR PARA ALÉM DA ESCOLA

No ano de 1997 o curso de EF implanta o bacharelado. Rompe com uma tradição de treze anos em formar apenas professores licenciados e passa atender as novas demandas do mercado de trabalho não escolar, que já se mostravam reais na região. As mudanças se apresentam da seguinte maneira:

Curso de Licenciatura

Total da carga horária: 3.090

Atividades Acadêmicas Complementares: 126

Total Geral da Carga Horária: 3.216

Tempo de Integralização: mín. 04 anos e máx. 07 anos

Curso de Bacharelado

Total da Carga Horária: 3.090

Atividades Acadêmicas Complementares: 121

Total Geral da Carga Horária: 3.211

Tempo de Integralização: mín. 04 anos e máx. 07 anos

O fato de à grade curricular já ter sofrido alterações profundas antes, e algumas disciplinas já estarem direcionadas para esta nova habilitação, evita que seja alterada integralmente, mas sim readequada. As

disciplinas da grade curricular e a filosofia do curso adentram em outros patamares evidenciando a formação de um novo profissional engajado na teoria da Motricidade Humana (PPP, 1997).

É interessante observar no parágrafo anterior, que a intenção é digna de elogios, mas ao mesmo tempo fica perceptível que mudar uma grade curricular e ou PPP, não se constitui eficazmente em uma mudança filosófica de um curso, por envolver outros vários aspectos, principalmente os relacionados à alteração de postura do corpo docente.

O novo perfil do egresso é caracterizado como um agente social, transformador, crítico, consciente, competente, preocupado com o desenvolvimento integral do ser humano com visão crítica da história e das questões brasileiras. É evidenciado também que este profissional tenha condições de aquisição de conhecimentos e de ênfase a estudos direcionados as pesquisas da área.

Desta forma o curso passa a atender a resolução 03/CFE/87 e inicia o processo de formação estabelecendo perfis diferenciados, tanto para atender a escola como também para área não escolar.

Para Silva e Carneiro (2006), em 1987 a mudança da legislação educacional passa a permitir a oferta diferenciada de cursos discriminando as figuras do professor de EF e do profissional de EF, respectivamente formados pelos cursos de licenciatura e bacharelado. Afirmam ainda que, no entanto, ainda que esta distinção existisse em tese, na prática do desenvolvimento foi passível de críticas e Mariz de Oliveira (1988), informava que, segundo dados levantados nesse período, já se mostravam o desinteresse dos egressos dos cursos de EF, para a atuação na escola.

Esse desinteresse nos leva a pressupor que a baixa remuneração salarial para ministrar aulas no contexto escolar e a oferta de outros serviços especializados em academias, clubes, hotéis, etc., sejam as causas principais.

Apesar de a intencionalidade ser positiva em habilitar um profissional específico para atender estas novas áreas de intervenção, esta lei acabou sendo muito criticada por alguns especialistas em EF, principalmente em relação aos cursos funcionarem paralelamente.

Para Manoel e Tani (1999) num aspecto a resolução nº. 03/CFE/87 foi infeliz: ela deu continuidade à ambiguidade, ao permitir que os cursos de Bacharelado e Licenciatura fossem equivalentes.

No entanto, para Tojal (2000), graças a essa resolução, foi oportunizada a criação da Formação do Bacharel em EF no Brasil, o que veio lhe dar o Status de Carreira Acadêmica.

Assim, as mudanças efetivas no mercado de trabalho, conjuntamente com ampliação dos conhecimentos acadêmicos sobre a população a quem se destinam os serviços profissionais de EF nos anos 80, levaram a uma gradativa tomada de consciência no sentido das possibilidades de atuação desse profissional extrapolar em muito as ocupações tradicionais na área, como professor de EF na escola, ou como técnico esportivo (MANOEL; TANI, 1999).

Com o surgimento de oportunidades de emprego em outros setores abstraídos do contexto escolar, este avanço foi considerado positivo, pois,

[...] a criação do bacharelado foi fundamentalmente, uma resposta aos argumentos de que a formação do licenciado não vinha atendendo ao desenvolvimento das qualificações e das competências necessárias à intervenção do profissional nos diversos campos de trabalho não-escolar (KUNZ, 1998, p.38).

A implantação foi realizada gradativamente ao longo dos quatro anos (1997, 1998, 1999 e 2000) e começou a funcionar da seguinte maneira: o currículo que está em vigor desde 1997, concede aos alunos matriculados dentro deste regime, o direito ainda de cursar os 3 anos de núcleo comum juntos + 1 ano de licenciatura e ou + 1 de bacharelado, até 2009.

No decorrer desse processo de implantação, houve a necessidade da readequação de disciplinas e carga horária e no ano de 1998 por decisão do colegiado de EF, o curso passou a ser integral, funcionando nos períodos matutino e vespertino. Referente às disciplinas a serem cursadas, ficou estabelecido que os alunos matriculados fizessem as mesmas durante os 03 primeiros anos do curso, denominadas de núcleo comum, depois se separam de acordo com sua opção de curso.

Para obter o título de Licenciatura e Bacharelado, o acadêmico poderá cursar o 4º ano de Licenciatura e no 5º ano o Bacharelado ou vice-versa. Somente terão direito a esta titulação, os alunos que ingressaram na Universidade antes do ano de 2005.

Este modelo curricular implantado no ano de 1997 e que se encerra neste ano de 2009, teve seu aspecto positivo, pois efetivamente proporcionou ao egresso buscar outras áreas de intervenção não escolar, visto que o mercado de trabalho para a área escolar praticamente está saturado nesta região. Isto ficou demonstrado devido ao retorno do egresso licenciado ao curso para obtenção do título de bacharel. Do mesmo modo, para garantir outra titulação em apenas um ano, os formados em licenciatura também regressaram à IES para obtenção do título de bacharel. Segundo dados da secretaria acadêmica da IES, no ano de 2005 foram formados 24 profissionais em EF, já no ano de 2006: 57, 2007:53 e em 2008: 60. É evidente que o retorno destes egressos seja positivo, mas como este modelo de formação gerou críticas veementes, faz-se necessário que estes profissionais continuem buscando seu aperfeiçoamento. E neste sentido, o curso de EF da Unioeste tem avançado e contribuído: a partir do ano de 2005 implantou cursos de especialização voltados a EF escolar, EF relacionada à saúde e atividades em academia. Isto demonstra uma preocupação em contribuir para a melhora do conhecimento e para a formação continuada do egresso.

6 UM OLHAR ESPECÍFICO PARA AMBAS AS HABILITAÇÕES

No início do ano de 2006 são constituídos dois cursos separadamente, cada qual com um PPP, específico para cada habilitação, passando o curso de Bacharelado a funcionar no período noturno e o de Licenciatura no período matutino e vespertino, ou seja, em turno integral.

O número de vagas estipulado no vestibular para ingressar em ambos os cursos diminuiu para 25 e a carga horária de ambos, aproxima de 3500 horas/aulas. O tempo de integralização estabelece o máximo de 06 anos e mínimo de 04 anos. Assim o curso de licenciatura é efetivado em 4 anos e bacharel em 5 anos.

A justificativa para separação dos cursos e uma nova filosofia é apresentada no PPP (2006), atribuindo que durante os anos do currículo em vigor, houve a preocupação de avaliá-lo, buscando subsídios com formandos, docentes e campos de estágio. Consta ainda que, verificaram-se a necessidade de incluir alguns conhecimentos e de excluir ou abrandar outros e discutiram-se também o processo de ensino/aprendizagem com os docentes que se propuseram a mudança de atitudes, baseadas em teorias humanistas.

Recentes estudos e abordagens em relação à EF Escolar fizeram com que se repensasse não só os conhecimentos a serem ministrados, mas também todo processo pedagógico envolvido. A inclusão e a cooperação, por exemplo, receberam novas ênfases em toda a atividade escolar da área, abandonando-se a idéia da exclusão e competição, que era uma situação normalmente encontrada. Desta forma, novas visões em relação ao ser humano e ao mundo influenciaram a Educação, e necessitou-se rever o papel das licenciaturas (PPP, 2006).

Assim, o Conselho Nacional de Educação, em 2002, formulou as novas diretrizes para os cursos de formação de professores para a educação básica (Licenciaturas). Nessas diretrizes, os cursos devem ter 400 (quatrocentas) horas de "Práticas como componente curricular-PCC" e aumentar de 300 (trezentas - LDB) para 400 (quatrocentas) as horas destinadas aos estágios curriculares. A carga horária mínima dos cursos de licenciatura deve ser de 2800 (duas mil e oitocentas) horas e os discentes devem comprovar o mínimo de 200 (duzentas) horas como atividades acadêmicas complementares.

Consta neste PPP (2006) de licenciatura, que essas mudanças foram contempladas e como este não se orienta pelo fixismo, será constantemente avaliado, podendo ser modificado, e ainda que, em relação ao campo de atuação do profissional de EF, salienta-se que é pleno nos serviços à sociedade na área da EF, nas suas diversas formas de manifestações no âmbito da cultura e do movimento humano intencional, através de atividades físicas, esportivas e similares, sejam elas formais e não formais, tais como: ginástica, esporte, jogos, danças, lutas, artes

marciais, exercícios físicos, musculação, dentre tantas outras.

É abordado que este campo é delimitado pela capacidade profissional de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas, do desporto e similares. Deverão, igualmente, ser consideradas as características regionais e os diferentes interesses identificados com o campo de atuação profissional (PPP, 2006).

O novo perfil do profissional que se busca formar depois da separação dos cursos, corresponde a um profissional educador com forte caráter humanista, crítico e reflexivo, qualificado para o exercício profissional com base em princípios éticos e estéticos, integrado na diversidade a partir de um conjunto de missões pelas qual a educação deve organizar-se.

Deve contemplar igualmente a abrangência das funções de professor nos dias atuais, que anunciam uma nova cultura profissional, não se restringindo apenas à docência.

Desta forma, o curso proposto, objetiva em sua dimensão formadora, garantir a qualidade e relevância no preparo dos profissionais comprometidos com a construção de valores que resgatem o humano, que possibilitem o surgimento de uma sociedade nova, na perspectiva de um futuro melhor, mais solidário e humano.

Em relação ao curso de bacharelado, ele está formatado para assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

Necessita encontrar-se qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir

acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano.

Visando desta forma à concepção, à ampliação e o enriquecimento cultural. Deverá ainda, atuar no âmbito do treinamento de alto rendimento, para acrescentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável. Neste contexto, a compreensão da EF se dá como área do conhecimento, cuja orientação central é a educação para o esporte, para a saúde e qualidade de vida (PPP, 2006).

Em relação ao curso de licenciatura, as mudanças curriculares cumprem a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece¹:

Art. 1º - A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º - A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos aos 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Estas mudanças são contempladas nas estruturas curriculares - currículo pleno do curso de licenciatura e observa-se que este, sofre um desdobramento das áreas/matérias em disciplinas, mas é mantida a base do currículo anterior.

Desta forma, são incorporadas as Práticas como Componentes curriculares e as disciplinas optativas e

¹CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4/março/2002. Seção 1, p. 9.

independentes. A carga horária total das Práticas como Componente Curricular (PCC) foram estruturadas com um número de 405 horas/aulas, distribuídas nas disciplinas. As disciplinas de 68 h/a terão 10 horas de PCC, e as de 102 h/a, 15 horas.

O Colegiado do Curso entendeu que nas disciplinas de Prática de Ensino e Seminário de Monografia não há necessidade das PCCs, porque já contemplam essa prática. As disciplinas Optativas e a Independente, oferecidas no ano, serão definidas pelo Colegiado do curso no final do ano letivo anterior, conforme o anexo da Resolução no 177/2002, de 18/11/02. A disciplina de Formação Independente poderá ser feita em qualquer curso da IES, de acordo com o interesse do aluno (PPP, 2006).

Assim, com estas mudanças contempladas, fica perceptível que o curso tem buscado melhorar, avançar e construir bases mais sólidas na formação dos profissionais de EF em ambas as habilitações. A separação dos cursos já reflete tanto no comportamento dos professores como no dos alunos. A linguagem para o acadêmico do curso de licenciatura é direcionada exclusivamente para a escola e para o bacharel para as demais áreas de intervenção. Isto por si só, já trás benefícios, mas é necessário que nós professores, tenhamos clareza, principalmente da diferenciação que existe em ambas as habilitações no sentido de conduzirmos as aulas especificamente para cada área de intervenção. Idealizando uma prática que seja condizente com as reais situações que o egresso possa encontrar no seu contexto concreto de intervenção.

7 PERSPECTIVAS FUTURAS

A trajetória histórica deste curso é marcada desde o seu início de funcionamento no ano de 1984 até o momento, por avanços significativos em relação ao cumprimento de resoluções e normatizações dos órgãos governamentais que regulam esta profissão. As perspectivas futuras apontam para uma constante preocupação do corpo docente em cumprir tais determinações e corrigir os erros cometidos no passado, impostas pelas resoluções 69/CFE/69 e 03/CFE/87 que

causaram um desvirtuamento do papel desempenhado pelo profissional em EF.

O cumprimento destas leis causou historicamente para os cursos de EF no Brasil, prejuízos que já estão sendo retificados com as novas resoluções implantadas recentemente e com a separação definitiva dos cursos de licenciatura e bacharelado, embora ainda, prevaleça a dúvida se este modelo de formação poderá, de fato trazer uma melhora gradativa na formação desse profissional. Futuramente as pesquisas nos darão estas respostas, pois temos que observar também, que o impacto proporcionado pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de nível superior no ano de 2002 especificamente para a formação de professores, afetou a formação de profissionais de EF, e ainda não foi metodicamente ponderado e avaliado no contexto nacional.

Além do mais, historicamente, buscar entender novos modelos educacionais que vem sendo colocados em prática é uma constante na área de EF, pois a formação profissional não se reduz apenas na elaboração de uma determinada grade curricular, ou a separação de cursos, ela implica num aprofundamento filosófico do curso, no aperfeiçoamento do corpo docente, que esta IES tem para oferecer para seus educandos, e principalmente em relação ao perfil de profissional que se almeja constituir, que pedagogo ou educador este curso se propõe a lançar no mercado de trabalho.

Isso implica em desvendar os significados que o sujeito que passou por este processo, neste caso o egresso, atribui à sua formação e os aspectos geradores que o transformaram em um educador e que vem influenciando em sua prática.

Além disso, a IES deve ter clareza do profissional que se pretende formar e, aos professores formadores, também cabe esta parcela de responsabilidade.

Pois, fica evidente que não adianta somente, adequar grades curriculares, cumprir as legislações e diretrizes dos órgãos governamentais, é necessário ainda, ter consciência do perfil profissional que o curso tem como meta dispor para a sociedade. Para Manoel e Tani (1999) a preparação profissional não se restringe à implementação de uma determinada grade curricular, ela

implica uma filosofia acerca dessa preparação e depende, antes de qualquer coisa, de uma clara definição do perfil profissional da pessoa que se quer formar.

Obviamente, a formação em EF está permeada por vários aspectos, que não se reduzem aos anos em que este profissional passou nos bancos universitários, ela está intimamente relacionada aos interesses que este egresso apresenta em aperfeiçoar seus estudos, as responsabilidades para com a área, ao enfrentamento dos problemas educacionais que são evidentes, ao descaso do governo para uma melhora da qualidade de nossa educação, as condições de trabalho, salários dignos, enfim ao comprometimento deste profissional e outros.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

25 anos se passaram. Muitas conquistas se materializaram desde então, num processo contínuo de aperfeiçoamento e busca de conhecimento. Atualmente todo o corpo docente deste curso é formado apenas por mestres doutores e pós-doutores. Isto tem possibilitado a busca de novos paradigmas que corroboram e enriquecem o conhecimento do acadêmico que passa pelo curso.

No entanto, se voltarmos no tempo, mais precisamente naquele 1º dia em que um grupo de professores de EF se reuniu no início da década de 80 com o intuito de criar este curso, pode-se dizer que ainda continuamos sonhando e transformando vidas como eles imaginaram.

O curso de EF da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, representado pelo seu corpo docente, continua vivendo aquele mesmo ideal, engajado e lutando para formar profissionais competentes, autônomos, reflexivos que irão prestar seus serviços e conseqüentemente melhorar a vida das pessoas através do conhecimento adquirido nos anos que por aqui passou. E porque não dizer, buscando transformar o mundo em um mundo melhor.

9 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. C. B. *Novas abordagens sobre o currículo de formação superior em educação física no Brasil*: memória e

documentos. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho.

BERSCH, L.J. Educação física: uma história de 20 anos. **Caderno de Educação Física**: estudos e reflexões, Marechal Cândido Rondon, v. 5, n. 9-10, 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº. 03** de 16 de junho de 1987.

_____. _____. **Resolução nº. 69** de 02 de dezembro de 1969.

_____. _____. **Resolução nº. 09** de 06 de outubro de 1969.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 8.

_____. _____. **Resolução CNE/CP 2/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 9.

_____. _____. **Resolução CNE/CP 7/2004**. Diário Oficial da União, Brasília, 31 mar. 2004.

DACOSTA, L. P. **Formação profissional em educação física**: esporte e lazer no Brasil. Blumenau: Furb, 1999.

KUNZ, E. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em educação física: justificativa, proposições, argumentações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.37-47, 1998.

MANOEL, E. J.; TANI, G. Preparação profissional em educação física e esporte: passado, presente e desafios para o futuro. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 13-19, dez. 1999.

MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. **Preparação profissional em educação física**. In: PASSOS, S. C. E. (Org.) Educação física e esportes na universidade. Brasília: SEED/MEC/UnB, 1988.

SILVA, S. A. P. S.; CARNEIRO, A. B. Perfil de integrantes e razões de escolha pelo curso superior de Educação Física. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 12, n. 1, p. 9-21, 2006.

TOJAL, J. B. A. G. Perspectivas profissionais da área de educação física e esportes: formação e atuação profissional. **Revista Eletrônica da Saúde**, 2000. Disponível em: <http://www.uniandrade.br/publicações/revista/download.asp?arquiv=45>. Acesso em 12 ago. 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Campus de Marechal Cândido Rondon. Curso de Educação Física. **Projeto político pedagógico**. Marechal Cândido Rondon, 1984.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Campus de Marechal Cândido Rondon. Curso de Educação Física. **Projeto político pedagógico**. Marechal Cândido Rondon, 1990.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ.
Campus de Marechal Cândido Rondon. Curso de Educação Física. **Projeto político pedagógico**. Marechal Cândido Rondon, 1997.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ.
Campus de Marechal Cândido Rondon. Curso de Educação Física. **Projeto político pedagógico**. Marechal Cândido Rondon, 2006.

VERENGUER, R.C.G. Dimensões profissionais e acadêmicas da educação física no Brasil: uma síntese das discussões. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 164-175, jul/dez. 1997.

Correspondência:

Autor: José Porfírio de Souza

Endereço: Rua Pernambuco, 1777, Centro, Marechal Cândido Rondon – Paraná.

CEP 85960-000

E-mail: jjporfiriol@yahoo.com.br

Recebido em:

Aceito em: